

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2023

I - DO OBJETO

O objeto da presente dispensa de licitação é a **ADESÃO AO CONTRATO DE RATEIO PROSUASA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO MUNICÍPIO.**

II – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica nos incisos XXVI do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

“Art. 24 É dispensável a licitação:

...

XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação”.

III – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA

Diz o art. 26 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo único:

“Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – justificativa do preço;

IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”

IV – DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

A execução do objeto da presente dispensa de licitação, será realizada pelo Consórcio:

• **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA**
CNPJ: 03.455.536/0001-90, Av. Getúlio Vargas 571S, sala 2 Chapecó SC.

V – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

O programa tem como objetivo dar continuidade ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) na área de abrangência do CIDEMA, legalizando e viabilizando as agroindústrias familiares, promovendo assim a geração de trabalho e renda. O SUASA inclui atividades de sanidade, inspeção, fiscalização, educação sanitária, vigilância de animais, vegetais, insumos e subprodutos de origem animal e vegetal. O sistema é coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por meio do Serviço de Inspeção Federal e tem por finalidade padronizar a inspeção de produtos de origem animal de todo o País. A adesão dos serviços de inspeção de estados, municípios e consórcios é voluntária, podendo ingressar aqueles que comprovarem equivalência.

VI- DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os valores indicados têm por base os preços dos municípios participantes do Consórcio.

VII- DO PAGAMENTO

O Município pagará pelo Objeto contratado, o valor de R\$ 18.540,00 (dezoito mil quinhentos e quarenta reais), em 12 (doze) parcelas de R\$ 1.545,00 (Um mil quinhentos e quarenta e cinco reais), na forma do quadro demonstrativo abaixo:

PARCELA	VALOR	VENCIMENTO
1	1.545,00	31/01/2024
2	1.545,00	29/02/2024
3	1.545,00	29/03/2024
4	1.545,00	30/04/2024
5	1.545,00	31/05/2024
6	1.545,00	28/06/2024
7	1.545,00	31/07/2024
8	1.545,00	30/08/2024
9	1.545,00	30/09/2024
10	1.545,00	31/10/2024
11	1.545,00	29/11/2024
12	1.545,00	31/12/2024

As despesas decorrentes desta dispensa de licitação correrão a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.214 despesa 13, 15 e 16), previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2024:

a) 3.1.71 R\$ 10.241,16

- b) 3.3.71 R\$ 7.889,22
c) 4.4.71 R\$ 409,62

VIII – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE:

- I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, com validade para o dia 03/02/2024.
II - Prova de regularidade fiscal para com a fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente, com validade para o dia 11/02/2024.
III - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida pela Prefeitura Municipal de Chapecó-SC, com validade para o dia 04/02/2024.
IV - Prova de regularidade perante o FGTS, comprovado com Certidão Negativa de Débito com validade para o dia 02/01/2024.
V - Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida com validade para o dia 03/02/2024.
VI - Negativa de Falência e concordata com validade para o dia 22/03/2024.
VII - Cartão CNPJ
VIII - Estatuto
IX - Cópia do documento do presidente
X - Ata de posse do presidente

IX – DA VIGÊNCIA

A presente dispensa vigorará a partir de 01/01/2024 o dia 31/12/2024.

X – CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Cordilheira Alta/SC, 22 de dezembro de 2023.

ANDRESSA BREANCINI
Presidente da Comissão

ANGELITA GABRIEL

Membro da Comissão

TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Membro da Comissão